



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

A TESE DE BRENTANO (REVISITADA)¹

GUILLAUME FRÉCHETTE²

TRADUÇÃO: EVANDRO O. BRITO³ E JOEDSON MARCOS SILVA⁴

INTRODUÇÃO

Qual é realmente a tese da intencionalidade? Não é preciso dizer que a famosa citação da intencionalidade na *Psicologia de um ponto de vista empírico* de Brentano deu origem a diferentes modos de entender o que está significado ali por intencionalidade. Desde a década de 1950, ela tem sido referida muitas vezes como uma teoria acerca da irreducibilidade do mental ao físico.⁵ Esta concepção se deve, em grande parte, à interpretação apresentada por Chisholm em 1957, segundo a qual a tese de Brentano poderia ser expressa em termos da irreducibilidade de *sentenças* intencionais no contexto de descrições psicológicas:

Nós podemos... (re)expressar a tese de Brentano... por meio da referência às sentenças intencionais. Vamos dizer (1) que não precisamos usar sentenças intencionais quando

1. Este trabalho apareceu pela primeira vez em inglês com título *Brentano's Thesis (Revisited)* na seguinte obra: Denis Fisette and Guillaume Fréchette (eds), *Themes From Brentano*, Amsterdam and New York: Rodopi, 2013, p. 91-120.

2. Doutor em Filosofia, Universität Salzburg, Áustria.

3. Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO).

4. Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

5. Um breve levantamento deste tipo de leitura é proposto por Moran (1996, 1-2).

descrevemos fenômenos não-psicológicos... Mas (2) quando queremos descrever atitudes de perceber, assumir, acreditar, saber, querer, esperar e outras, então (a) devemos usar sentenças que são intencionais ou (b) devemos usar termos que não precisamos usar quando descrevemos os fenômenos não-psicológicos (CHISHOLM, 1957, 172f.)

Três anos mais tarde, Quine reagiu à interpretação de Chisholm em um comentário que moldaria a maior parte da recepção posterior da assim chamada 'tese de Brentano', tornando-a uma tese "parte da tese da indeterminação da tradução" (QUINE, 1960, p. 221) e, mais particularmente, uma tese sobre a irreducibilidade do mental ao físico, bem como sobre a realidade do mental:

Pode-se aceitar a tese de Brentano como mostra da indispensabilidade de expressões idiomáticas intencionais e da importância da ciência autônoma da intenção, ou como mostra da falta de bases das expressões idiomáticas intencionais e a vacuidade de uma ciência da intenção. Minha posição, ao contrário de Brentano, é a segunda. (QUINE, 1960, p. 221)

De acordo com Quine, Brentano estava errado na medida em que apelou para a indispensabilidade das expressões idiomáticas intencionais para mostrar a indispensabilidade de objetos e atitudes mentais. Usar as expressões idiomáticas intencionais no modo quineano é simplesmente "postular as relações de tradução como algo objetivamente válido, embora indeterminado, em princípio, em relação à totalidade das disposições discursivas" (ibid.).

A recepção quineana da tese de Brentano e a concepção da intencionalidade que veio com ela tiveram uma influência importante sobre Davidson, que tomou a indeterminação da tradução das expressões idiomáticas intencionais como base para o seu monismo anômalo⁶. Que coisas, ações ou eventos são ditas serem intencionais significa simplesmente que "nós podemos descrevê-las em um determinado vocabulário - e a marca deste vocabulário é intencionalidade semântica" (DAVIDSON, 1987, p. 46). A influência direta e indireta de Chisholm sobre Quine e Davidson teve, fundamentalmente, o efeito de imediatamente fazer da tese de Brentano sobre a intencionalidade como a marca do mental uma tese sobre a intencionalidade como a marca de algumas expressões idiomáticas ou vocabulário sobre o mental - uma tese sobre a intencionalidade. Embora esta interpretação tenha se provado frutífera nas discussões sobre o fisicalismo, permanece questionável se a tese de Brentano sobre a intencionalidade como a marca do mental é realmente uma tese sobre a irreducibilidade do mental ao físico e, particularmente, se uma reformulação da tese da intencionalidade em termos de sentenças intencionais é realmente apropriada. No texto que se segue, eu vou discutir primeiramente um pressuposto da concepção de sentenças intencionais de Chisholm. Esse pressuposto

6. Conferir Davidson (1980, 149) para um reconhecimento explícito disto.

- ou seja, que as sentenças intencionais são acerca de objetos intencionais e que esses objetos possuem uma forma diminuída de existência – sustenta certamente sua leitura da tese de Brentano, mas, como eu tentarei mostrar, há boas razões para questionar esse pressuposto. Tal como sustentarei, Brentano não estava argumentando contra o reducionismo, embora ele certamente o tenha contestado. Em vez disso, ele tomou a realidade do mental como ela é dada na experiência, mas queria identificar uma base comum compartilhada por todos os fenômenos mentais que ainda levasse em conta a diversidade intrínseca dos fenômenos mentais. Neste sentido, a intencionalidade foi introduzida como uma característica que surge em diferentes variedades e que ainda fornece um elo para a unidade das sensações, representações, juízos, ambições, vontades, desejos, etc., que constituem a vida mental de cada homem.

A minha leitura da ‘tese de Brentano’ difere da leitura de Chisholm, na medida em que eu tomo intencionalidade como uma característica genérica apresentada de forma muito diferente por diferentes fenômenos mentais. Em minha interpretação, ela não consiste simplesmente em uma característica discriminatória que distingue o mental do físico. Além disso, eu não penso que a citação da intencionalidade implique que a direção a um objeto e a contenção intencional de um objeto em um ato equivalem à mesma coisa. Embora esses dois predicados sejam corretamente atribuídos aos atos intencionais, eles expressam diferentes propriedades intencionais, como tentarei mostrar. Meu ponto aqui está baseado, em parte, no próprio uso de Brentano dos termos ‘direção’ (*Richtung*) e ‘conteúdo’ (*Inhalt*), os quais sustentam a distinção sugerida entre os dois predicados. Vou deixar aqui em aberto a questão de saber se Brentano realmente tinha em mente a distinção que estou propondo. Eu só quero mostrar que há benefícios em ler Brentano com esta distinção em mente. Um desses benefícios diz respeito à problemática questão da intencionalidade das sensações. Já nos anos seguintes à publicação da *Psicologia a partir de um ponto de vista empírico*, a tese de Brentano sobre a intencionalidade das sensações foi rejeitada por alguns dos seus alunos, entre eles Stumpf e Husserl, por não ser capaz de explicar a distinção entre conteúdo sensorial e não sensorial. De acordo com eles, não há objeto intencional a ser encontrado em conteúdos sensoriais. Chisholm (1989) também sustentou um ponto similar, contestando a afirmação de que Brentano atribuiu intencionalidade às sensações. Segundo Chisholm, Brentano queria dizer que verdades sobre qualidades sensórias são de fato verdades sobre o eu ou sobre a pessoa que sente essas qualidades⁷.

Como eu quero mostrar, focar a distinção entre direção e conteúdo como duas propriedades intencionais distintas nos permite responder algumas objeções feitas por alguns dos estudantes de Brentano, mais especificamente Husserl e Stumpf, a respeito da intencionalidade das sensações. Uma vez que há também algumas

7. Chisholm (1989, 5).

evidências textuais que mostram que Brentano tinha em mente diferentes condições (e não meramente diferentes descrições da mesma condição), minha proposta atual pode ser vista como uma defesa da posição de Brentano contra alguns de seus alunos e, indiretamente, como uma defesa para a tese da intencionalidade das sensações.

A CITAÇÃO DA INTENCIONALIDADE

Vamos começar com a citação da Intencionalidade, uma vez que ela é a base das discussões que nos interessam aqui:

Todo fenômeno mental está caracterizado pelo que os escolásticos da Idade Média chamaram a in-existência intencional (ou mental) de um objeto, e que nós poderíamos chamar, embora não totalmente sem ambiguidade, relação a um conteúdo, direção a um objeto (o que não é entendido aqui como uma realidade), ou objetividade imanente. Todo fenômeno mental inclui em si mesmo algo como objeto, embora nem todos eles o façam da mesma forma. Na representação algo é representado, no juízo algo é afirmado ou negado, no amor amado, no ódio odiado, no desejo desejado e assim por diante. (BRENTANO, 1995, p. 68)

Desde Husserl, esta citação tem sido costumeiramente dividida em três teses diferentes⁸:

(T1) Todo fenômeno mental é caracterizado pela direção a um objeto e sua objetividade imanente.

(T2) O objeto (de um fenômeno mental) não é uma realidade.

(T3) Todo fenômeno mental inclui em si mesmo algo como objeto, embora nem todos eles o façam da mesma maneira. Na representação algo é representado, no juízo algo é afirmado ou negado, no amor amado, no ódio odiado, no desejo desejado e assim por diante.

Seguindo esta análise, a citação da Intencionalidade envolve uma tese psicológica (T1) sobre a natureza da relação intencional, juntamente com uma tese ontológica (T2) sobre a natureza do objeto dos atos intencionais, suplementado com uma tese (T3) sobre as diferentes maneiras de como essas relações podem ocorrer por meio das diversas correlações intencionais: representar/representado, julgar/julgado, etc. (T1) parece, ao menos, ambígua, uma vez que expressa tanto a direcionalidade dos atos intencionais como sua propriedade de conter algo como objeto. Se estas duas expressões são sinônimas ou simplesmente correlativas é uma questão que eu irei discutir mais tarde, mas (T1), tal como está, envolve claramente mais do que uma tese psicológica. (T2) também é problemática, uma vez que é uma tese negativa. Ela não nos diz o que é o objeto de um fenômeno mental, ela

8. Conferir Husserl (1901, 366f.) e Smith & MacIntyre (1982, 48).

simplesmente nos diz que não é uma realidade. Quanto à (T3), ela pode expressar duas coisas: ou ela é simplesmente uma tese sobre as diferentes maneiras sob as quais se pode estar em relação para com um objeto intencional, ou ela é uma tese sobre diferentes correlações intencionais (atos e seus correlatos), e nesse sentido (T3) - ou pelo menos a segunda parte dela - não concerniria necessariamente a objetos intencionais, mas simplesmente a correlatos intencionais.

Tomadas em conjunto, (T1) e a primeira parte (T3) parecem expressar dois critérios que são necessários para que um ato seja intencional:

(C1): um ato x é intencional sse x é uma relação entre um pensar e um objeto intencional

(C2): um ato x é intencional sse x contém algo em si mesmo como um objeto (isto é, objeto contido ou 'conteúdo').

Por simetria e transitividade, fazem-se equivalentes as partes direitas de (C1) e (C2): x é uma relação entre um pensar e um objeto intencional sse x contém algo em si mesmo como um objeto.

(C1) e (C2) são simples proposições equivalentes ou os termos 'objeto intencional' e 'conteúdo' em (C1) e (C2) são sinônimos, tornando as proposições intensionalmente equivalentes? Até onde eu sei, não há nenhum reconhecimento explícito da equivalência intensional de (C1) e (C2) nos escritos de Brentano, mas isso, claro, não exclui a plausibilidade da tese de sinonímia. Na minha interpretação, a leitura de Chisholm da tese de Brentano pressupõe a tese de sinonímia: as partes direitas de (C1) e (C2) não são apenas proposições equivalentes, dado que, segundo sua interpretação, os termos 'objeto intencional' e 'conteúdo' em (C1) e (C2) são sinônimos e (C1) e (C2) são intensionalmente equivalentes⁹. No primeiro caso, a alegada sinonímia de 'objeto intencional' e 'conteúdo' em (C1) e (C2) é o pressuposto para a tese de que o objeto de um ato intencional é sempre um conteúdo, ou seja, um objeto imanente. No segundo caso, a equivalência intensional de (C1) e (C2) conduz à tese de que a 'relação intencional' e 'inclusão intencional' são expressões sinônimas. Mais tarde eu voltarei a esta consequência específica, que resulta da equivalência intensional de (C1) e (C2), mas podemos acrescentar apenas que a expressão 'conteúdo' é usada aqui para sublinhar a contenção expressa em (T3). Se o conteúdo é a mesma coisa que o objeto intencional, isso é uma questão que discutiremos mais tarde, mas estou apenas presumindo aqui que (T1) e (T3) são teses diferentes.

A interpretação de Chisholm de (C1) e (C2) como coextensiva é confirmada também pela sua interpretação de (T2). De acordo com (T2), uma vez que o objeto

9. Curiosamente, encontramos em Dennett (1969, 21-22) uma interpretação de (C2) em termos de conteúdos proposicionais e de (C1) em termos de objetos representados.

do fenômeno mental não é uma realidade, ele só deveria desfrutar de um tipo de existência diminuída. Esta é a conclusão apresentada em Chisholm (1960) e (1967):

O uso de Brentano da expressão 'in-existência intencional' (ele não usou o termo 'intencionalidade') também pode sugerir uma doutrina ontológica ou metafísica sobre os tipos de ser ou existência. Ele queria dizer que, para podermos dirigir nossos pensamentos aos objetos que não existem, esses objetos devem estar disponíveis para nós em pelo menos algum modo de 'in-existência'? Se ele estava inclinado a aceitar algum reino do ser em 1874, ele rejeitou explicitamente em seus escritos tardios.¹⁰

A in-existência intencional, o modo de ser dos objetos imanentes, é assim vista como um

(...) modo de ser (in-existência intencional, objetividade imanente, ou existência no entendimento) que é menos do que a realidade, mas mais do que nada.¹¹

Esta caracterização da intencionalidade foi decisiva para a formulação de Chisholm dos critérios segundo os quais sentenças que são usadas intencionalmente se distinguem das sentenças que não são. Se os objetos de todos os atos intencionais desfrutam de um modo diminuído de existência na mente, é fácil ver que sentenças intencionais, como

Mary está pensando em um centauro

são generalizações existenciais falhas. A versão quantificada de (a),

$\exists x$ (x é um centauro & Mary está pensando acerca de x)

é simplesmente falsa. Também é fácil ver que sentenças sobre objetos intencionais não estarão imunes à falha da substituição de termos co-referentes *salva veritate*. Se Mary acredita que Cícero foi um grande imperador, mas não sabe que Túlio é a mesma pessoa que Cícero, suas sentenças sobre Cícero e Túlio serão sentenças acerca de dois objetos (imanentes) diferentes.

Ao afirmar, tanto a sinonímia de 'objeto' e 'conteúdo' como a equivalência intencional de (C1) e (C2), Chisholm construiu uma influente teoria da intencionalidade e referência, inspirado por Brentano, desenvolvendo assim o critério de Brentano para distinguir entre o mental e o físico - apenas atos mentais têm a propriedade de ser intencional - em um argumento contra a redução das propriedades mentais às propriedades físicas.

Mas a interpretação de (T2), pressuposta aqui, é mais problemática e tende a confundir a existência com a realidade, que Brentano separa estritamente. De acordo com ele, as realidades são substâncias individuais. A realidade de uma substância individual prevalece independentemente de sua existência: cadeiras e centauros são reais, uma vez que ambos são corpos, embora existam apenas cadeiras. Ao dizer

10. Chisholm (1960, p.4-5). Ver também Chisholm (1957, p.169).

11. Chisholm (1967, p.201).

que o objeto de um fenômeno mental não deve ser entendido como uma realidade, Brentano não está, portanto, comprometido com a conclusão tirada por Chisholm de que objetos intencionais gozam de uma forma diminuída de existência. Em minha opinião, ele simplesmente quer dizer que o objeto de um fenômeno mental não deve ser entendido como uma substância individual, o que equivale a dizer que a questão de sua existência ou não existência é irrelevante. Em outras palavras, o objeto de um fenômeno mental é uma entidade não real; uma *entia rationis* ou uma irrealidade, como Brentano costuma rotular esse tipo de entidade.¹² Se a leitura de Chisholm de (T2) é insatisfatória em relação ao que Brentano realmente pretendia com essa tese, então é difícil ver qual papel a tese da sinonímia deve desempenhar, se ela não cumpre mais o papel que era suposto (ou seja, dar a base para a leitura de Chisholm de (T2)).

OBJETO INTENCIONAL, CONTEÚDO E OBJETO-PENSADO

Como observamos na seção anterior, a sinonímia de ‘objeto intencional’ (também chamado de ‘objeto imanente’) e ‘conteúdo’ e a equivalência intensional de (C1) e (C2) defendida por Chisholm significam que o objeto de um ato intencional é sempre um conteúdo. De acordo com a interpretação chisholmeana de Brentano, o objeto imanente serve então como um mediador para o objeto externo, o objeto do mundo exterior, independentemente de haver um. Além de seus objetos imanentes trivialmente distintos, a representação de um centauro e a representação de um cavalo diferem simplesmente em relação à ausência altamente provável de um objeto externo no primeiro caso. Nesse caso, o ato é dirigido para algo que simplesmente não está lá, mas tem sua direção graças ao objeto imanente. A ideia de Chisholm é a seguinte:

(1) um unicórnio real intencionalmente in-existente é produzido quando alguém pensa em um unicórnio; (2) o pensar desse alguém, no entanto, não está dirigido a este unicórnio real intencionalmente in-existente; E ainda (3) é em virtude da existência do unicórnio intencionalmente in-existente que o pensar desse alguém pode ser dito dirigido a um unicórnio.¹³

Qual é exatamente a natureza ontológica do objeto intencional nesse caso? Como salientou Sauer (2006, 7), há duas maneiras de interpretar a natureza ontológica

12. Eu, portanto, estou em desacordo com Antonelli (2002, p. 22) que lê (T2) como afirmando “que os objetos de pensamento podem ser não apenas realidades concretas, ‘coisas’ no sentido estrito da palavra, mas também entidades irreais e *entia rationis*.”

13. Chisholm (1967a, p.11).

do objeto intencional seguindo esta leitura da Citação da Intencionalidade e, mais especificamente, de (T1), da sinonímia do ‘objeto’ e do ‘conteúdo’ (ou ‘objeto-pensado’, como usado por Sauer) e a equivalência intencional de (C1) e (C2):

(T1a): Quando alguém pensa de uma coisa A que, se ela existe espaço-temporalmente, é uma entidade independente da consciência, então o objeto intencional é a contraparte mental modificada de A, o *entia rationis* pensado, que é o correlato intencional.

(T1b): Uma e a mesma coisa pode existir de dois modos diferentes: como um simples objeto do pensamento ou *na realidade espaço-temporal*. Portanto, todo objeto do pensamento existe no primeiro sentido e alguns deles existem também no segundo sentido.

De acordo com Sauer (2006), o erro de Chisholm (mas também de Kraus e Smith)¹⁴ é interpretar (T1) com o pressuposto de que (T1a) e (T1b) estão expressando a mesma coisa e ver o objeto intencional como tendo “uma forma diminuída da existência”. Concordo com Sauer, a formulação de Brentano de (T1) não implica esta conclusão. Eu também concordo com ele que Brentano nunca sustentou nem (T1a) nem (T1b). Este é basicamente o ponto da observação feita a seu aluno Marty em uma carta de 1905, em que Brentano enfatiza que

(...) por um objeto de uma representação (Objekt der Vorstellung) eu quis dizer aquilo acerca do qual é a representação, havendo ou não havendo algo fora da mente correspondente à representação.

Nunca foi meu ponto de vista que o objeto imanente é idêntico ao ‘objeto da representação’ (vorgestelltes Objekt). A representação não tem uma ‘coisa representada’ como objeto, ela tem ‘a coisa’ como objeto. Por exemplo, a representação de um cavalo não tem um ‘cavalo representado’ como objeto, ela tem ‘um cavalo’, como objeto (objeto imanente, isto é, o único a ser devidamente nomeado objeto).

No entanto, este objeto [imanente] não precisa existir. A pessoa pensando pode ter algo como o objeto de seu pensamento, mesmo que essa coisa não exista.

Claro que tem sido costume dizer que universais, *qua universais*, ‘existem na mente’ e não na realidade, e coisas do género. Mas isso é incorreto se o que é assim chamado ‘imanente’ é tomado como sendo o ‘cavalo contemplado’ (gedachtes Pferd) ou ‘o universal como objeto de pensamento’ (gedachtes Universale).¹⁵

14. Ver Smith (1994, p. 41) e Kraus (1919, p. 26).

15. Brentano (1930, p. 87-8). Tradução inglesa (significativamente modificada) em Brentano (1966, p. 51). Curiosamente, encontramos uma observação muito semelhante em uma carta não publicada, no início de 1891, de Brentano para Marty, onde Stumpf é acusado de confundir o correlato com o objeto intencional: “Eu descobri que [Stumpf] acreditava que ‘vermelho’ e ‘vermelho representado’,

A própria terminologia confusa de Brentano, mesmo neste importantíssimo esclarecimento, certamente desempenhou um papel nos ‘absurdos’ atribuídos a ele por alguns de seus primeiros alunos. Vamos simplificar um pouco esta terminologia. Seguindo esta observação, o chamado ‘objeto de representação’ (também chamado de ‘conteúdo’, ‘objeto de pensamento’ ou simplesmente ‘correlato’) é o correlato (não real) do ato (real) e não deve ser confundido com o ‘objeto imanente’. Vamos chamar o primeiro simplesmente ‘conteúdo’ e o segundo o ‘objeto intencional’ para evitar mais confusões. Para cada ato de representação p , há um conteúdo cp , de tal forma que não só p e cp são interdependentes, mas também que estar ciente de p significa também estar ciente de cp e o contrário também. Representar um cavalo ou um unicórnio não faz diferença ontológica a este respeito, uma vez que a correlação se mantém entre o ato e seu correlato: o cavalo-representado ou o unicórnio-representado. Este correlato (ou ‘conteúdo’) deve ser visto apenas como uma parte distintional modificada do ato de representar um cavalo. Ele não é, de acordo com Brentano na *Psicologia*, o objeto primário do ato, mas pertence (como uma parte distintional modificada) ao objeto secundário do ato.¹⁶ O correlato como parte distintional modificada do ato é, portanto, distinto do ‘objeto imanente’ não modificado. Há dois tipos distintos de entidades, a primeira sendo non real e a segunda real, mas esta distinção não implica uma distinção no que diz respeito a diferentes modos de existência.

O CASO DO CENTAURO

Se Brentano não defende (T1a) nem (T1b), ele ainda tem que fornecer uma explicação para os casos do centauro: Como pode um juízo como este enunciado por “não existem centauros” ser verdadeiro e, também, acerca de centauros? Se o juízo é sobre centauros, então estes devem ter o mesmo tipo de existência de cavalos, mesas e cadeiras. Mas então, juízos existenciais negativos acerca de cavalos, mesas e cadeiras também devem ser verdadeiros. Parece que duas outras opções estão disponíveis: ou esses juízos são acerca de centauros intencionais (com um tipo diminuído de existência) ou eles não são acerca de centauros de modo algum. Contrariamente à Chisholm, eu não penso que eles sejam acerca de centauros

‘homem’ e ‘homem representado’ são uma e a mesma coisa [...]. Eu esclareci a questão da melhor maneira possível [...] e lhe propus pensar mais uma vez acerca dos argumentos [...]” („*Ich fand, dass [Stumpf] glaubte, ‘Rot’ und ‘vorgestelltes Rot’, ‘Mensch’ und ‘vorgestellter Mensch’ seien eins und dasselbe. [...] Ich legte ihm die Sache, so gut ich konnte, klar [...] und bat ihn schließlich, für sich allein noch einmal die Argumente zu überdenken*”). Esta carta desacredita muito a leitura da carta de Kraus (1930, p. 192) de 1905, segundo a qual Brentano concebeu o objeto imanente como correlato, mas em 1905 não foi mais capaz de lembrar corretamente o seu próprio ponto de vista anteriormente.

16. Veja, por exemplo, o argumento de Brentano contra a tese de que o conceito de tom é um conceito relativo, o qual fornece suporte suficiente a essa afirmação. Ver Brentano (1874/1995, 185/101)

intencionais. Ou, pelo menos, eu não penso que Brentano tenha encontrado muito interesse em uma solução desse tipo.

Muitos elementos nos escritos de Brentano confirmam essa atitude. Em sua carreira, ele propôs diferentes estratégias para abordar os casos do centauro: em alguns escritos, ele sugeriu considerar os juízos existenciais negativos como uma rejeição de algum *entia rationis* (o centauro representado) ou como a rejeição de estados de coisas negativos (a não existência de um centauro).¹⁷ Em 1911, um juízo existencial negativo verdadeiro como o que foi expresso pela asserção “não há centauros” foi mais bem traduzido pela seguinte afirmação: “alguém que julga que não há centauros julga corretamente”. As entidades negativas aqui supostas são, então, simplesmente ficções, comparáveis à estratégia de Aristóteles com relação aos nomes indefinidos (*onoma aoriston*)¹⁸. Brentano não foi muito claro acerca da correta solução a ser adotada em relação aos juízos existenciais negativos. Em 1885, em uma palestra sobre lógica, ele preferiu dizer que eles simplesmente não tinham qualquer objeto.¹⁹ Se Brentano nunca esteve realmente satisfeito com as soluções que ele desenvolveu acerca dos juízos existenciais negativos, eu acredito que a forma como esses juízos são tratados permanece um caso excepcional em sua teoria, e não um caso paradigmático, tal como muitas vezes é considerado e tal como é tratado por Chisholm.²⁰

Se in-existência intencional não é um tipo diminuído de existência, então há uma distinção a ser feita entre o ser-objeto dos objetos intencionais e sua existência: o objeto intencional ‘é-um-objeto’ independentemente da aceitação ou negação de sua existência.²¹ Os casos do centauro e o tratamento específico dos juízos acerca da sua existência ou não existência são casos interessantes do ponto de vista da segunda publicação, mas eles não mostram nenhuma particularidade específica, quando considerados do ponto de vista da primeira publicação. Uma clara ilustração disso pode ser encontrada na carta de Brentano à John Stuart Mill, de 1873, parcialmente reproduzida na *Psicologia a partir de um ponto de vista empírico*:

17. Conferir Brentano (1930, p. 133) e Srednicki (1965, p. 79).

18. Conferir Brentano (2008, p. 417 / 1995, p. 231). Mesmo se sua concepção tivesse lhe permitido superar este problema, Bolzano também deixou um lugar em sua teoria para representações puramente negativas (*rein verneinende Vorstellungen*), uma subcategoria de representações sem objeto expressas por termos indefinidos (*onoma aoriston*). Conferir Bolzano (1837, p. 416s. e 421 (volume 1).); Bolzano (1837, p. 48 (volume 2)); Bolzano (1837, 220s. (Volume 4)).

19. Conferir Brentano (EL81, 13550): “é preciso distinguir 1) entre o objeto da representação e a representação [...] e 2) entre o objeto do juízo e o juízo [...] os primeiros estão ausentes muitas vezes (como no caso do juízo verdadeiro negativo)”. „([m] um muss unterscheiden 1) ZW[ischen] dem objeto d[er] Vorstell[un]gu[nd] der Vorstell[un]g[...] 2) ebenso zw[ischen] d[em] objeto d[es] Urtheils u[nd] dem Urtheil [...] Die ersteren fehlen oft. ([wie] beim wahren negativen Urtheil) “.

20. Para uma interpretação diferente da teoria do conteúdo do juízo de Brentano, conferir Mayer-Hillebrand (1959, p. 320).

21. Eu uso a expressão ‘ser-um-objeto’ a fim de sublinhar o fato de que não se pode deduzir de ‘x é-um-objeto’ que x é ou existe.

A proposição 'um centauro é uma ficção poética' não implica, como você corretamente observa, que um centauro exista, mas implica o oposto. Mas se ela é verdadeira, isso não implica que algo mais exista, ou seja, uma ficção poética... A verdade da proposição não exige que haja um [centauro], mas exige que haja algo mais. Se não houvesse algo que existisse apenas no pensamento de alguém, a proposição não seria verdadeira.²²

Basta lembrar que, para Mill, tais proposições indicam que a cópula 'é' nem sempre expressa existência, portanto, (ele) distingue entre dois usos do 'é', meramente nominal, no caso de centauros e existencial no caso de juízos sobre as coisas existentes. A resposta de Brentano a Mill foi uma tentativa de convencê-lo de que essa distinção era desnecessária e que há apenas o uso existencial da cópula. Nos casos do centauro, ocorre simplesmente que o predicado 'é uma ficção poética' não funciona atributivamente, como os predicados costumam fazer, mas de um modo modificado como fazem os predicados 'está morto' ou 'está pintado'. A função modificadora do predicado é tal que ela não predica a coisa a qual a sentença parece tratar, mas algo mais. Nos casos do centauro, Brentano nos diz que tais sentenças reconhecem a existência de 'algo que existia apenas no pensamento de alguém, mas não na realidade' (*etwas, was bloß in der Einbildung, nicht aber in Wirklichkeit bestehe*). Seria, naturalmente, tentador caracterizar esse 'existir apenas no pensamento de alguém' como uma espécie de existência diminuída, como faz Smith e como sugere a tradução inglesa. No entanto, esta caracterização vai completamente contra o que Brentano pretende em seu argumento contra Mill, uma vez que aceitar dois tipos de existência ainda nos deixaria com dois usos da cópula. Se, supostamente, o ponto de Brentano contra Mill está correto, então se deveria evitar essa caracterização.

O ponto de vista de Brentano contra Mill não está isolado do modo como ele considera os casos do centauro, tal como mostra o seu tratamento de juízos, como o que foi expresso pela afirmação: 'Júpiter é um não ente'.²³ Mas os casos do centauro são mais problemáticos quando alguém os considera a partir da perspectiva dos juízos existenciais negativos verdadeiros. Aqui, as soluções de Brentano são múltiplas e a questão é complicada.²⁴ Mas podemos resumi-la da seguinte maneira: para que um juízo seja verdadeiro, ele deve ser evidente. Brentano aceita dois tipos de evidência, o que ele chama de evidência axiomática e a evidência de percepção interna. É com base no primeiro tipo de evidência que um juízo como "não existe A que é um não A" é verdade. O juízo verdadeiro expresso por "existem leões" é mais bem formulado por "quem julga que existem leões julga justamente (corretamente)". Por outro lado, um juízo verdadeiro como "centauros não existem" significa que quem julga que centauros existem julga falsamente (incorretamente)". Juízos existenciais negativos verdadeiros são verdadeiros, uma vez que eles expressam

22. Brentano (1995, 70).

23. Brentano (1995, 170).

24. Eu discuto esta questão em Fréchette (2011).

a rejeição de alguém que julga tal e qual. Portanto, no caso de juízos existenciais negativos verdadeiros, Brentano não está defendendo a tese de que nós rejeitamos a existência de centauros: juízos existenciais negativos são simplesmente a rejeição de algo mais. Seu modo de lidar com os juízos sobre os centauros mostra que Brentano não confunde a existência com a realidade: os centauros são reais, mas rejeitar sua existência não significa que alguém toma uma posição (aceitando ou rejeitando) sobre sua existência. Se defendesse uma visão como a que Chisholm atribui a ele, não teria necessidade de propor esse tratamento particular dos casos do centauro.

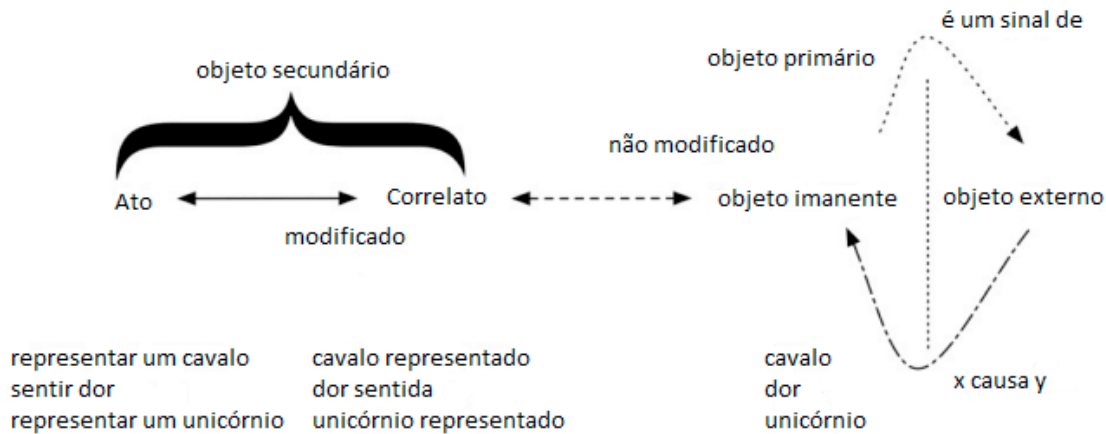
Os assim chamados casos do centauro e o tratamento reservado a eles por Brentano mostram que duas questões devem ser distintas, quando se consideram objetos intencionais: o seu ser-objeto e sua existência. Centauros são objetos intencionais, tal como são mesas e cadeiras, na medida em que são objetos de uma representação, mas representar um centauro não é de modo algum uma indicação de sua existência. O problema da existência de centauros só aparece a partir do ponto de vista dos juízos: um agente sem qualquer habilidade judicativa simplesmente não seria capaz de lidar com este problema, uma vez que o conceito de existência, de acordo com Brentano, aparece apenas após reflexão sobre juízos.²⁵

Considerando tanto a distinção entre o objeto intencional e conteúdo discutida na seção anterior e o tratamento particular dos casos do centauro, oferecido por Brentano, nós poderíamos resumir sua visão do seguinte modo: (a) há uma distinção entre o correlato do ato e o objeto intencional: o primeiro é uma parte distintional modificada do ato e o segundo é uma contraparte não real (modificada) do correlato; (b) que (C1) e (C2) estão extensionalmente equivalentes não implica a sinonímia dos termos <objeto> e <objeto-pensado> (ou <conteúdo>): (C1) é uma tese sobre o objeto intencional, enquanto (C2) é uma tese sobre o correlato. Estas duas 'condições' são meramente uma descrição do que está envolvido em cada ato intencional, elas não são intensionalmente equivalentes; (c) a questão sobre a existência ou não existência de objetos intencionais é uma questão que se coloca no nível dos juízos, não no nível das representações. Não há nada de estruturalmente distinto entre a representação de uma mancha vermelha e a representação de um centauro:²⁶ ambos têm objetos intencionais que são indistinguíveis (do ponto de vista do representar) das contrapartes mentais modificadas, ou correlatos intencionais. Do ponto de vista da pessoa que representa esses objetos (e apenas os representa, sem julgá-los ou avaliá-los), os correlatos intencionais necessariamente (e trivialmente) têm o mesmo status ontológico, uma vez que o ato de representar não permite modalidades ou qualidades. A questão da existência ou não existência não pode ser levantada a partir do ponto de vista do representar e, portanto, a distinção entre conteúdo e objeto não pode ser feita a partir dessa perspectiva.

25. Brentano (2008/1995, 233/163).

26. Husserl (1901, p. 299 / 2001, p. 99) formulou a mesma ideia.

Quanto à (T2), se nós distinguimos entre a existência e realidade, (T2) não pode ser vista, como Chisholm e Husserl sugeriram, como uma tese sobre o estatuto ontológico do objeto intencional, mas apenas como uma tese sobre o objeto intencional como sendo um *irrealia*. Isto é basicamente ao que se destina a formulação negativa. O diagrama a seguir ilustra as nossas últimas observações:



De acordo com a nossa interpretação da teoria, para cada ato de representação há um correlato para o ato e um objeto intencional (ou imanente). Como nós já dissemos, ser-um-objeto não é um tipo diminuído de existência: que objetos intencionais 'são-objetos' faz deles simplesmente um tipo de entidade, um *irrealia*, distinto do objeto secundário, que é um *realia*. Pelo menos antes da virada reística, Brentano reconhecia tanto *realia* como *irrealia* na ontologia do ato. Isto significa que representar um centauro, como representar um cavalo, envolve os correlatos reais e os objetos intencionais. Mas isso significa que tanto centauros como cavalos existem do mesmo modo? Se esse fosse o caso, Brentano iria acreditar que juízos expressos por sentenças como 'não existem centauros' são juízos verdadeiros. Ele não poderia ter essa crença se cavalos e centauros existissem do mesmo modo.

Esta é basicamente a linha de reflexão que apoiou grande parte das interpretações inspiradas por Chisholm e que defendeu um segundo modo de existência para objetos intencionais. Em minha opinião, este movimento é desnecessário, como mostra a própria concepção de Brentano dos casos do centauro. No lado direito do diagrama, nós encontramos o objeto externo, que é a causa do objeto intencional. Inversamente, o objeto intencional é um sinal do objeto externo. Mas, deve-se ressaltar aqui que o objeto externo não é em nenhum sentido um elemento da relação intencional. Em suma, quando eu tenho a representação de algum unicórnio branco, há apenas um relativo próprio, o representar; o objeto denominado 'o unicórnio branco' é um relativo impróprio da representação

construído pela desmodificação do correlato não real. No entanto, esta análise só é possível apenas no nível judicativo.

UMA OBJEÇÃO

Pode-se, naturalmente, opor a esta reconstrução que ter um correlato e, também, um objeto intencional parece estar sobrecarregando a teoria: se a distinção entre correlato e objeto intencional é apenas o resultado de nossa crítica à tese da sinonímia, então ainda precisamos mostrar que essa distinção é importante na teoria de Brentano. Como veremos, esta distinção se torna crucial quando se levam em conta a natureza da percepção interna e a importância das outras classes de atos, tais como juízos e atos de vontade ou desejo.

A ideia básica de Brentano sobre a percepção interna é que nossos atos mentais são dirigidos-a-objetos, bem como autodirigidos (ou 'internamente percebidos'). Quando ouço um tom, meu ato é dirigido ao tom (o objeto intencional, o qual é o objeto primário), mas também é autodirigido. O objeto secundário da minha audição é a própria audição com seu correlato. Como não há consciência inconsciente, de acordo com Brentano, todo ato mental é acompanhado pela percepção interna.

Em sua carta à Marty, ele esboça um argumento que já se pode encontrar na *Psicologia a partir de um ponto de vista empírico*, a fim de mostrar a importância dessa distinção. Podemos reconstruir este argumento da seguinte forma: se o objeto imanente e o correlato fossem uma e a mesma coisa, o objeto (primário) do ouvir seria um tom ouvido e, portanto, os conceitos de tons, cores (mas também qualquer outro conceito de objeto intencional) seriam simplesmente conceitos relativos, cujas partes são relativas ao que é visto, ouvido, imaginado, etc. O detalhe do argumento *ad absurdum* se dá da seguinte maneira:²⁷

Suponhamos que o tom fosse o mesmo que o tom ouvido; o tom ouvido seria o objeto primário do ato de audição, bem como um correlato; correlatos sendo também parte do objeto da percepção interna, a audição do tom seria (juntamente com seu correlato) o objeto primário da audição do tom, e não seu objeto secundário; portanto, nós não poderíamos pensar qualquer coisa, exceto relações para conosco mesmos e nossos pensamentos, e isto é indubitavelmente falso.²⁸

Este argumento tem como objetivo mostrar que é preciso uma distinção entre o correlato e o objeto intencional, se é para defender a tese de que os objetos intencionais não são meramente relações para com os próprios pensamentos, ou seja,

27. Eu tomo a formulação do argumento de Sauer (2006), que discute duas versões diferentes do mesmo.

28. Brentano (2008, p. 150 / 1995, p. 101).

se o objeto intencional não é apenas uma parte do ato. Para aceitar este argumento, deve-se, naturalmente, aceitar a tese de que a percepção interna acompanha todo ato mental. Aqui não é o lugar para avaliar se as razões de Brentano que apoiam esta tese estão justificadas, mas uma vez que é óbvio que ele sustentou essa tese por toda sua vida, não há aqui nenhum ponto questionável.²⁹ Além disso, uma vez que este argumento envolve percepção interna, ele mostra muito bem que a distinção entre o correlato e o objeto intencional caminha de mãos dadas com o reconhecimento da percebibilidade interna dos atos mentais.

Até agora, o que eu queria salientar é que há boas razões para apoiar a visão de que Brentano não considerou as expressões ‘conteúdo’ e ‘objeto intencional’ como sinônimas. Uma vez que o ‘conteúdo’ (ou correlato, para ficar com nossa terminologia) é parte não real do objeto (o ‘objeto intencional’ em nossa terminologia) - é uma parte distintiva do objeto intencional em um sentido modificado - (C1) e (C2), como tal, não podem ser intensionalmente equivalentes num sentido (não modificado) determinativo. Portanto, faria mais sentido ver (C1) e (C2) como expressões de duas condições diferentes. Duas outras considerações devem ajudar a apoiar esta leitura: em primeiro lugar, a tese de Brentano sobre a intencionalidade das sensações e, em segundo lugar, o uso real das expressões ‘direção’ e ‘conteúdo’, que também parece mostrar que Brentano não considerou (C1) e (C2) como intensionalmente equivalentes.

INTENCIONALIDADE DAS SENSAÇÕES

Tem sido frequentemente sublinhado que a concepção da intencionalidade de Brentano, a qual implica que dores, cavalos e unicórnios são todos objetos intencionais no mesmo sentido, enfrenta alguma dificuldade quando se trata do objeto das sensações. Um dos primeiros estudantes de Brentano, Carl Stumpf, tocou anteriormente neste ponto: ele não concorda com a teoria de Brentano, a qual sustenta que aquilo que caracteriza a sensação da dor é a in-existência intencional de seu objeto. De acordo com Stumpf, Brentano negligencia a distinção entre sentir (*empfinden*) e representar (*vorstellen*).³⁰ Segundo ele, há uma distinção categorial entre essas duas classes (você pode localizar a sua dor, mas você não pode localizar a sua memória (acerca) dela, por exemplo) que Brentano falhou em ressaltar. O que une essas categorias não é o seu carácter intencional, mas sua dependência da percepção sensorial. De acordo com Stumpf, intencionalidade é, portanto, uma

29. Conferir a primeira seção de Brentano (1995) sobre a consciência interna, que precisamente argumenta extensivamente contra a consciência inconsciente. Mas conferir também a sua concepção de atos sobrepostos em Brentano (1995/1982). Sua Teoria de categorias (BRENTANO 1933/1981), escrita no período final, também confirma esta posição.

30. Conferir, por exemplo, Stumpf (1916).

propriedade de apenas alguns atos mentais, ou seja, dos que estão baseados em algum representar.

Husserl tocou num ponto semelhante, alguns anos mais tarde. Se quisermos compreender intencionalidade como a direção a um objeto, como Brentano sugeriu, nós devemos evitar primeiramente o erro do empirismo no qual os atributos das sensações (a cor como vista, o tom como ouvido) são confundidos com as propriedades dos objetos. De acordo com Husserl, a teoria de Brentano comete este erro e, portanto, não é capaz de explicar a diferença entre o fato de eu ver uma pintura de Yves Klein e de eu perceber alguma mancha azul desordenada.³¹ A resposta de Husserl para a explicação de Brentano é dizer que, enquanto eu estou direcionado para a pintura, estou apenas experienciando os conteúdos sensoriais. Meu *ver uma pintura* é intencional, mas meu *experienciar um conteúdo sensorio* não é.

O que essas objeções têm em comum é que elas mostram a dificuldade de atribuir uma direção intencional às sensações, uma posição que Brentano seria forçado a admitir se ele sustentasse que todo ato mental é intencional.³² Mas essa é realmente a sua posição? Que eu saiba, ele não oferece qualquer argumento específico para a *direcionalidade* das sensações, embora ele ofereça muitos argumentos (indiretos) para a intencionalidade das sensações. Segundo seu ponto de vista, sensações têm como objeto primário uma qualidade sensorial e são seu próprio objeto secundário. Ver uma mancha azul é ter uma qualidade sensorial localizada de azul como um objeto primário e estar consciente de vê-la. Prazer sensorial e desprazer são constituídos de maneira ligeiramente diferente: sentir dor não só consiste em ter uma qualidade sensorial localizada (e estar consciente disso), mas também significa sentir algum desprazer em relação a esta sensação. Ou, em outras palavras, o *sentimento* de dor tem uma sensação (ou melhor: um sentir) como objeto intencional, enquanto a *sensação* de dor em si mesma tem apenas uma qualidade sensorial como objeto intencional.³³ Sensações (ou *sentir*), sendo fenômenos mentais, também são intencionais.

Como já dissemos antes, Brentano não oferece qualquer argumento específico para o carácter intencional das sensações além da sua categorização como fenômeno mental. Assim como os fenômenos mentais são totalmente intencionais, assim também são as sensações. Mas seria um pouco contra intuitivo dizer que elas são dirigidas a alguma coisa. Com efeito, na ausência de um argumento explícito para a direcionalidade do sentir, é razoável questionar a reivindicação. Se alguém afirma que há equivalência intensional de (C1) e (C2), como Chisholm faz e como Smith também parece fazer, deveria ser obrigado a dizer que afirmações como:

meu sentir de uma coceira em meu pé tem uma qualidade sensorial localizada como objeto intencional

31. Conferir Husserl (1901, p. 694 e 2001, p. 335).

32. Conferir particularmente sua crítica a Hamilton, em Brentano (1995, p. 68).

33. Conferir Brentano (1995, p. 164).

e

meu sentir de uma coceira em meu pé está dirigido para uma qualidade sensorial localizada como objeto intencional

são intencionalmente equivalentes.

Mas eu vejo uma dificuldade nisso, uma vez que dois significados de 'direção' parecem estar envolvidos aqui. Em primeiro lugar, parece estranho, ao menos *prima facie*, dizer que minha dor de dente é acerca de um objeto no mesmo sentido que o meu desejo de fumar um cigarro é acerca de um cigarro, mas, segundo suas interpretações da tese de Brentano, elas deveriam dizer, tanto da dor de dente como do desejo, que eles são acerca de alguma coisa. Aceitar a tese de sinonímia leva à consequência de que deve haver algo acerca dos quais são as sensações. Em segundo lugar, a direção envolvida em (b) parece, antes, ser uma direção a uma localização, mais especificamente, uma parte do corpo. Em outras palavras, parece que a conversa da direcionalidade das sensações está baseada em um mal-entendido: faz sentido dizer que o meu sentir de uma coceira está dirigido ao meu pé, mas *este* sentido de 'direção' certamente não é o mesmo que a direcionalidade do meu desejo de fumar um cigarro. A direcionalidade do sentir depende basicamente (e exclusivamente) da localização da qualidade sensorial no corpo, enquanto parece que a direcionalidade do meu desejo envolve o tipo de direcionalidade discutido acima. Portanto, parece estranho tomar o termo 'direção' em (b) como significando a mesma coisa que 'relação' em (C1) ou 'direção' em (T1).

Embora a tese de sinonímia seja obrigada a esta leitura da intencionalidade das sensações, o próprio Brentano - ao menos no que eu conheço de suas obras - não parece assegurar a tese forte de que toda intencionalidade é direcional. Pelo contrário, ele aceita diferentes classes de atitudes intencionais (representar, julgar, amar e odiar), o que dá uma boa indicação, a meu ver, de que ele não estava defendendo a tese de que a intencionalidade provém apenas de um tipo. Se se aceita que diferentes variedades de intencionalidade são referidas na citação da intencionalidade, então existem algumas alternativas para o problema da direcionalidade das sensações e para a tese da sinonímia:

Pode-se deixar de lado uma ou outra condição da tese de sinonímia: deixar de fora (C1) significaria que a intencionalidade é direcionalidade e apenas direcionalidade. Por outro lado, deixar de fora (C2) levaria à concepção de que, para que um ato mental seja intencional, ele precisa conter algo como um objeto. Expressar intencionalidade apenas em termos de direcionalidade³⁴ torna difícil dar

34. Eu tomo 'propriedade de ser acerca de' (aboutness) como sendo uma forma de direcionalidade (directedness), embora eu não tome aqui uma posição sobre o caso particular de 'propriedade de ser acerca de' (aboutness), mas permaneço com direcionalidade em geral. A principal razão é que 'propriedade de ser acerca de' (aboutness) é entendida muitas vezes em termos de conteúdo semântico, enquanto Brentano tem uma concepção muito mais ampla de direcionalidade do que

conta da intencionalidade das sensações. Portanto, não é nenhuma surpresa ver Husserl desenvolver tal descrição e rejeitar a intencionalidade das sensações.³⁵ Por outro lado, exprimir intencionalidade apenas em termos de algum tipo de contenção de um objeto em um sujeito oferece um modelo interessante da intencionalidade das sensações, o qual está próximo não só de muito do que Brentano escreveu, mas também da sua principal fonte de influência: Aristóteles.³⁶ Mas certamente este é um sentido remoto de intencionalidade que mal faz frente à originalidade do conceito desenvolvido por Brentano.

Outras duas nuances opcionais parecem interessantes aqui: a primeira é desenvolvida por Tim Crane sob o rótulo de ‘intencionalismo fraco’. De acordo com Crane, todos os estados mentais são intencionais e dirigidos a um objeto. O caso problemático das sensações corporais é, então, ligeiramente diferente das crenças, mas estruturalmente semelhante a elas: na sensação algo é sentido, a saber, o corpo.³⁷ Em outras palavras, a sensação é dirigida à parte do corpo onde esta sensação é sentida. A ideia por trás dessa tese é que a consciência corporal (estar consciente da própria sensação de dor, por exemplo) é um tipo de experiência perceptiva. Uma vez que a percepção é intencional, também são sensações. Ou, colocando nas palavras de Martin, “ao se ter sensações corporais, parece como se o que quer que se tenha consciência através dessa sensação é uma parte do próprio corpo».³⁸

No contexto da teoria de Brentano, vejo duas dificuldades com esta descrição: primeiro, ainda nos resta o problema de usar o termo ‘direção’ tanto no sentido de localização como no sentido não locacional. A segunda dificuldade é a ausência, na descrição de Crane, de uma distinção epistemológica entre percepção interna e externa. Ele argumenta que os fenômenos mentais são intencionais, mas recusa a distinção entre percepção interna e externa. Isso aparece mais claramente no seu tratamento das sensações corporais: para ele, as sensações corporais são uma forma de consciência (do próprio corpo). Isto porque atentar a uma sensação de dor no meu tornozelo, por exemplo, é necessariamente dependente de focar em (ou uma consciência de) meu tornozelo como uma parte do meu corpo. No texto brentano, para que eu tenha uma percepção interna do meu sentir, eu preciso primeiramente ter uma percepção externa da localização da qualidade sensorial, a qual seria uma consciência da parte do mundo percebido, mas que teria o mesmo valor epistêmico que a percepção interna. Embora eu considere este tratamento ‘propriedade de ser acerca de’ (aboutness) compreendido neste sentido. Esta foi a visão dominante da filosofia da mente na década de 1980. Conferir, por exemplo, a primeira frase de Dennett e Haugeland (1987), mas de modo mais geral McGinn (1982), Searle (1983) e Dennett (1989).

35. Husserl (1901).

36. A principal fonte de influência é Aristóteles, *De Anima*, 2.11, 423^a 27 - 424b 10. Brentano (1867, p.79) interpreta a visão de Aristóteles de que os sentidos recebem a forma sem sua matéria no sentido de que os objetos da percepção sensorial estão objetivamente (*objectiv*) contidos no agente.

37. Conferir Crane (1998).

38. Martin (1995, p. 269).

das sensações corporais atraente em si mesmo, ele dificilmente seria uma opção atraente para Brentano, uma vez que a superioridade epistêmica da percepção interna é deixada de lado. De acordo com Brentano, a localização sentida pertence à percepção externa: seria, para ele, uma contradição atribuir a ela uma espécie de consciência que é exclusiva da percepção interna.³⁹ Sendo essa superioridade epistêmica uma das principais características distintivas dos fenômenos mentais, juntamente com a intencionalidade, outra solução deve ser encontrada para reavaliar a intencionalidade das sensações a partir do ponto de vista brentaniano.

A alternativa que proponho aqui é (novamente) rejeitar a tese de sinonímia: mais especificamente no caso das sensações, isso significaria rejeitar a direcionalidade das sensações, enquanto permanece mantendo a distinção entre a percepção interna e externa e a classificação dos atos. Mas também significaria adicionar uma especificação com respeito a representar e sentir, a qual não pode ser explicitamente formulada nos escritos de Brentano, mas que seria perfeitamente compatível com o espírito de suas ideias.

Por que rejeitar a direcionalidade das sensações? Isto poderia ajudar a ressaltar que o conceito de direção implica o conceito de uma direção alternativa (ou, pelo menos, oposta). Eu posso *amar ou odiar* garrafas caras de vinho, posso *aceitar ou rejeitar* que está chovendo, mas não há 'direção oposta' quando se trata de representar ou sentir. Certamente faria sentido para Brentano dizer que meu sentir a dor em meu pé está direcionado a esta única parte do meu corpo, mas não porque todos os estados mentais são direcionados para partes do mundo percebidas (Crane): apenas na medida em que, e muito indiretamente, eu *aceitar* (e não *rejeitar*) que meu pé dói. Tomar meu sentir a dor em isolamento, ou tomar minha representação de uma mancha vermelha, ou mesmo de um centauro, isoladamente, não me dá nenhuma direção alternativa.

Seguindo esta ideia, sentir uma dor em meu pé e amar caras garrafas de vinho são ambos atos intencionais, mas eles são intencionais sobre uma base muito diferente: o que eles têm em comum a partir de um ponto de vista descritivo é que

39 Brentano tem apenas um conceito de consciência, ao qual ele se refere como 'consciência interna' ou 'percepção interna'. É bem provável que ele tivesse rejeitado a ideia de consciência corporal apresentada por Crane, uma vez que ele rejeitou uma ideia muito semelhante de Lotze (conferir a crítica de Brentano à Lotze em Brentano 1995, p. 192). Em poucas palavras, a teoria de Lotze dos sinais locais fornece uma descrição de nossa percepção qualitativa das sensações espacialmente estendidas, na qual a distinção entre os sentimentos e sensações desempenha um papel crucial: sentimentos corporais desfrutam de uma relativa independência das sensações que permitem aos primeiros dar conta da subjetividade de nossa experiência, deixando sensações fora da explicação. Para Brentano, localização resulta exclusivamente das sensações e não há outro acesso epistêmico a ela que a percepção interna (do sentir).

seu objeto está contido neles mesmos, mas apenas o meu amor às caras garrafas de vinho tem uma direção.

A óbvia objeção aqui é dizer que esta descrição ainda seria um afastamento da teoria de Brentano, pois, segundo ele, a não sinonímia de ‘conteúdo’ e ‘objeto intencional’ se aplica a todos os atos, do sentir ao querer. Assim, seria necessária uma distinção entre a direção da dor e o correlato do ato de sentir dor.

Para responder a essa objeção, eu vou recordar apenas que o argumento a favor da distinção entre ‘conteúdo’ e ‘objeto intencional’ é um argumento baseado na percepção interna. Percepção, e portanto percepção interna, é um juízo. Assim, a fim de distinguir entre o conteúdo (o correlato) e o objeto intencional, é necessário um juízo. Em outras palavras, não há distinção descritiva entre o conteúdo e o objeto intencional em uma representação isolada *sem percepção interna*. É através da percepção interna que eu faço essa distinção. Mas percepção interna envolve um juízo.

DIREÇÃO E CONTEÚDO

A minha proposta é certamente pouco ortodoxa, mas não é tão absurda quando se considera o uso brentano dos termos ‘direção’ (*Richtung*) e ‘conteúdo’ (*Inhalt*) em sua *Psicologia*. Enquanto ‘conteúdo’ é principalmente, mas não exclusivamente, usado para contextos relacionados ao conteúdo sensorial, o termo ‘direção’ (*Richtung*) parece surgir quase que exclusivamente em contextos de atos mentais de ordem superior, como juízos e atos de amor e ódio.

As ocorrências de *Richtung* e *gerichtet sein* na *Psicologia* não são tão numerosas e são fáceis de listar:

- A ‘direção da vontade’ no *De Anima* de Aristóteles, as direções dos sentimentos e desejos (*Gefühlsrichtungen*) (2008, p. 21, 69 e 268);
- A direção a um objeto (*Richtung auf ein object*) (2008, p. 106);
- A direção (da consciência interna) às nossas próprias atividades mentais (BRENTANO, 2008, p. 118);
- A direção do ato de sensação (*sensation*) aos fenômenos físicos, que é seu objeto primário (BRENTANO, 2008, p. 164).⁴⁰
- A direção de duas atividades mentais ao mesmo objeto primário, como ver e ouvir ou representar e desejar. (BRENTANO, 2008, p. 177 e 182);
- A direção do aspirar (*Streben*) (BRENTANO, 2008, p. 198);

40. Este é o único uso de ‘direção’ em relação com as sensações.

- A direção do desejo e do amor a um objeto (BRENTANO, 2008, p. 223 e p. 278);

- A direção da aceitação e rejeição a um objeto representado (BRENTANO, 2008, p. 243); aceitação e rejeição são modalidades de direção (BRENTANO, 2008, p.269);

- A direção da vontade e afeto (BRENTANO, 2008, p. 258);

- A direção da representação de consciência interna (BRENTANO, p. 2008 e 286).⁴¹

Em suma, parece haver evidência textual para o tratamento individual e separado dos predicados ‘...é dirigido à __’ e ‘... contém __ como objeto’. Além disso, é importante notar que Brentano nunca usa a expressão ‘*Richtung auf einen Inhalt*’ nem ‘*gerichtet sein auf einen Inhalt*’ (estar dirigido a um conteúdo). O fato de que uma atividade mental contém um objeto é, pelo menos em parte, diferente do fato de que uma atividade mental é dirigida a um objeto, embora em alguns casos elas possam ser indistinguíveis. Eu penso que este é o caso da classe de representações (incluindo sentir): há um sentido de falar da direção de uma representação, mas apenas na medida em que esta representação é tomada como uma parte de um todo maior, que inclui um juízo. Quando tomado isoladamente, representações simplesmente não parecem mostrar qualquer direção. Isso também explica, em parte, a confusão entre o correlato do ato e o objeto intencional, uma vez que, no nível das representações, a distinção entre os dois simplesmente não parece ser evidente. Em resumo, o que eu proponho aqui são duas coisas: 1) como a distinção entre (C1) e (C2), tomada como uma distinção entre os tipos de intencionalidade, só aparece quando se toma atos mentais como um todo e não isoladamente. Uma descrição isolada do ato de representação não nos dá a distinção entre o correlato e o objeto intencional. Do ponto de vista da descrição isolada, dizer que uma representação está dirigida a um objeto (objeto intencional) ou que ela contém algo em si como objeto (correlato, conteúdo) parece apenas equivaler à mesma coisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a ideia que eu estou propondo aqui é distinguir entre dois tipos de propriedades intencionais. Eu não tenho a pretensão de que era exatamente isso que Brentano tinha em mente em sua *Psicologia*, especialmente em relação

41. Há também três outros usos indiretos do termo ‘direção’ na *Psicologia*: a) não há vontade inconsciente que estaria dirigida aos movimentos corporais (BRENTANO, 2008, p. 133); b) a falsidade das concepções de Mill e Bain, segundo as quais a audição é dirigida a si mesma como objeto e idêntica ao ouvido (p 140, 141 e 147); c) a crítica de Brentano à concepção de que a percepção interna tem a mesma direção que a percepção externa (p. 184).

às sensações. Esta é mais uma visão alternativa, penso eu, capaz de preservar importantes insights de *Psicologia* de Brentano, enquanto proporciona uma resposta às acusações feitas a ele por seus alunos, mais especificamente por Stumpf e Husserl, com respeito à intencionalidade das sensações. O meu principal alvo foi a tese de sinonímia, ou seja, a tese segundo a qual ‘direção’ e ‘inclusão’ são dois termos sinônimos que expressam uma única e mesma característica dos atos intencionais. Enquanto muitos comentadores de Brentano, entre eles Chisholm e Smith, tendem a conceber a tese de Brentano como implicando a sinonímia, eu mostrei que há boas razões para questionar a afirmação de sinonímia. Primeiro, ela pressupõe que as expressões ‘objeto intencional’ e ‘conteúdo’ também são sinônimos. Como eu tentei mostrar, há boas razões para acreditar que Brentano foi contra a sinonímia dessas duas expressões, não só porque há evidências textuais que indicam isso, mas também porque Brentano precisa da distinção entre correlatos não reais de atos (os quais eu chamei de ‘conteúdos’) e objetos intencionais, muitos dos quais são reais (mesas, cadeiras, centauros, etc.).

Em segundo lugar, eu sugeri que não há nenhuma evidência textual que deveria nos levar a considerar o tratamento brentaniano dos casos do centauro como casos paradigmáticos para a sua concepção de intencionalidade. Ao afirmar que a contenção intencional de um objeto em um ato é a mesma coisa que a relação intencional entre um pensar e um objeto intencional, os defensores da tese da sinonímia são levados a ver (T3) como uma mera especificação do (T1), recusando assim a distinção entre o objeto intencional e conteúdo (ou ‘correlato’). Deste modo, centauros, como qualquer outro objeto intencional, devem combinar as duas propriedades (frequentemente) incompatíveis seguintes:

ser o correlato não real de um ato

ser um objeto real

Suas maneiras de evitar a incompatibilidade são compreender (I) no sentido de um tipo diminuição da existência: de acordo com esta leitura, (i) centauros têm uma espécie diminuída de existência e (ii) são reais. Portanto, em suas opiniões, Brentano resolveria o terceiro enigma de Russell dizendo que não é autocontraditório negar a existência de centauros já que, nesse caso, não é uma não entidade que é objeto da proposição ‘O centauro Quíron não existe’, mas uma ‘entidade diminuída’, um objeto intencional com um tipo de existência diminuída. Esta leitura é enganosa, como eu salientei: as diferentes soluções propostas por Brentano para o tratamento dos casos do centauro mostram, pelo contrário, que ele realmente nunca encontrou uma solução satisfatória para o tratamento dos juízos existenciais negativos verdadeiros. Além disso, a maioria das suas soluções tenta evitar precisamente postular centauros intencionalmente existentes como a base do juízo existencial negativo verdadeiro. E, quando eles postulam tais entidades, não há nenhuma indicação nos respectivos

textos de que este tratamento deva ser generalizado a todos os objetos intencionais. A minha proposta, com relação a esse caso, foi distinguir entre o ser-objeto do centauro e a negação de sua existência: eu poderia estar representando um centauro sem tomar uma posição acerca da sua existência ou não existência. Neste caso, o fato de que a minha representação tem um objeto intencional não tem qualquer significância existencial. O problema da existência só entra em questão com os atos cognitivos e afetivos de ordem superior, como julgar, desejar, etc. Portanto, não só se deveria limitar a extensão do problema da existência de objetos intencionais para o reino dos atos de julgar e atos afetivos: o tratamento de Brentano dos casos do centauro, entendido desta maneira, mostra que ele aceita, no nível de representações, que há sempre tanto um correlato como um objeto intencional, mas no nível de juízo ele se recusa, na maior parte do tempo, a utilizar esses objetos intencionais a fim de resolver o terceiro enigma de Russell. Eu propus considerar diferentes sugestões de Brentano (apresentadas ao longo de sua carreira) para o tratamento dos casos do centauro, como diferentes tentativas de evitar o tratamento de objetos intencionais como tendo uma 'forma reduzida de existência' (Smith), seu ponto contra Mill é precisamente evitar dois significados diferentes da cópula. Pelo contrário, o que o seu tratamento dos casos do centauro mostra é que Brentano permaneceu fiel, durante a maior parte da sua vida, à distinção entre a existência e realidade: que centauros sejam reais não implica que eles existam. Ao rejeitar (com razão) a existência dos centauros, eu não estou introduzindo implicitamente sua existência, a qual então eu rejeito: o conceito de existência aparece para ele apenas no nível mais elevado de atos mentais chamados juízos: como eu já salientei, um agente brentaniano sem habilidade judicativa não seria capaz de discriminar entre centauros e cadeiras com relação à questão da sua existência. Portanto, o real tratamento de Brentano dos casos do centauro pode ser visto, de acordo com uma determinada visão, como uma indicação da tese de sinonímia, mas há muita evidência de que os casos do centauro sugerem precisamente a sua posição contra a tese de sinonímia.

Em terceiro lugar, eu acrescentei então uma análise mais aprofundada dirigida contra a tese da sinonímia: eu apresentei uma nova objeção para a distinção entre correlato e objeto intencional, baseada na descrição da percepção interna de Brentano. Se o correlato e o objeto intencional fossem um e o mesmo (e se aceitarmos que todo ato mental é um objeto de percepção interna), a distinção entre o objeto primário (o azul sentido) e o objeto secundário (meu sentir o azul com seu correlato) desapareceria. Percepção interna é uma característica fundamental de todos os fenômenos mentais, é melhor ficar com ela.

Em quarto lugar, coloquei uma questão problemática para os defensores da tese da sinonímia: a intencionalidade das sensações. Se alguém aceita a tese de sinonímia, tem que admitir que as sensações tenham uma direção, no mesmo sentido que os atos mentais de nível superior. Eu sugeri que isto era contraintuitivo,

proporcionando assim mais um motivo para ir contra a tese de sinonímia sem abandonar completamente o espírito da tese de Brentano. A solução foi, mais uma vez, ver as duas características de 'direção intencional' e 'inclusão intencional' como duas características distintas, as quais nem sempre são percebidas em cada ato mental: sensações *incluem* um objeto intencional, mas é impossível do ponto de vista do agente sensível discriminar entre o objeto intencional (para o qual ela é dirigida) e o correlato (o qual ela contém).

Quais são os benefícios de revisitar a tese de Brentano no caminho que propus? Primeiro, ela permite uma leitura da obra de Brentano que não é totalmente determinada por sua mudança de ideia, que ocorreu por volta de 1900, acerca da possibilidade de representar (e julgar acerca, desejar, etc.) objetos intencionais que são não reais. De acordo com minha leitura, as características principais da tese da intencionalidade como (C1) e (C2) não têm uma importância reística, como teriam de acordo com Chisholm. Ela permite, portanto, certa continuidade na compreensão de Brentano da intencionalidade. Em segundo lugar, ela neutraliza um pouco as objeções feitas por Husserl e Stumpf relativas à intencionalidade das sensações, oferecendo assim uma visão alternativa que está em conformidade com a tese de Brentano acerca da intencionalidade das sensações. Em terceiro lugar, ela reajusta um pouco o foco da tese de Brentano: admitidamente, intencionalidade tem muito a ver com intencionalidade, mas seria um erro avaliar a tese de Brentano a partir do ponto de vista da semântica. Reavaliar a intencionalidade das sensações de um modo que não se refira a uma abordagem semântica (como Chisholm 1989) está certamente mais perto de espírito de Brentano. Em quarto lugar, eu penso que distinguir entre direção e conteúdo oferece uma descrição mais contrastada daquilo que se entende na citação intencionalidade, mostrando que nas preocupações de Brentano havia mais do que fornecer simplesmente uma descrição de conteúdo semântico e uma teoria da referência, como é muitas vezes considerado ser o caso desde Chisholm. Por último, eu penso que a descrição aqui proposta é menos restritiva do ponto de vista hermenêutico, uma vez que ela leva em consideração as diferentes teses sustentadas por Brentano. Se isso realmente reflete a descrição de Brentano é outra questão, mas certamente tenta permanecer fiel ao espírito de Brentano.

REFERÊNCIAS

ANTONELLI, M. 2002. 'Franz Brentano, the "Grandfather of Phenomenology" and the Spirit of the Times' in A.-T. Tymieniecka (ed.), *Phenomenology world-wide, Foundations, Expanding dynamics, Life-engagements. A guide for research and study*. Dordrecht: Kluwer, 11-29.

BOLZANO, B. 1837, *Wissenschaftslehre* (4 volumes). Sulzbach: Seidelsche Buchhandlung.

BRENTANO, F. (unpublished), EL81: Fragment über Logik, Manuscript, Houghton Library, Harvard University.

_____ 1867/1978. *Die Psychologie des Aristoteles, insbesondere seine Lehre vom nous poietikos*. Mainz: Franz Kirchheim.

_____ 1874/1995. *Psychologie vom empirischen Standpunkte*, Leipzig: Duncker & Humblot. Reedition 2008, (ed. Antonelli), Frankfurt. Ontos. English translation: *Psychology from an Empirical Standpoint*, London: Routledge (2nd edition 1995).

_____ 1982/1995. *Deskriptive Psychologie*, Hamburg: Meiner. English translation: *Descriptive Psychology*, London: Routledge.

_____ 1933/1981. *Kategorienlehre*, Leipzig, Meiner. English translation: *Theory of Categories*, Nijhoff: Den Haag.

_____ 1930/1966, *Wahrheit und Evidenz*, Leipzig: Meiner. English translation: *The True and the Evident*, Oscar Kraus (ed.), translated by Roderick Chisholm, Ilse Politzer, and Kurt R. Fischer, New York: Humanities Press.

CHISHOLM, R. 1957. *Perceiving*. Ithaca: Cornell University Press.

_____ (ed.) 1960. *Realism and the Background of Phenomenology*. New York: Glencoe.

_____ 1967. 'Intentionality' in Edwards, P. (ed.), *Encyclopaedia of Philosophy*. London: MacMillan.

_____ 1967a. 'Brentano on Descriptive Psychology and the Intentional' in E. Lee and M. Mandelbaum (eds.). *Phenomenology and Existentialism*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1-23.

_____ 1989. 'The Objects of Sensation : A Brentano Study' in *Topoi* 8: 3-8.

CRANE, T. 1998. 'Intentionality as the Mark of the Mental' in A. O'Hear (ed.), *Current Issues in Philosophy of Mind* (Royal Institute of Philosophy Supplement 43). Cambridge: Cambridge University Press, 229-251.

DAVIDSON, D. 1980. *Essays on Actions and Events*. Oxford, Oxford University Press.

_____ 1987. 'Problems in the Explanation of Action' in P. Pettit, R. Sylvan & J. Norman (eds.), *Metaphysics and Morality*. London: Blackwell.

DENNETT, D. 1969. *Content and Consciousness*. London: Routledge.

_____ 1989. *The Intentional Stance*. Cambridge MA: MIT Press
Dennett, D. and J. Haugeland. 1987. 'Intentionality' in R.L. Gregory (ed.) *The Oxford Companion to the Mind*. Oxford: Oxford University Press.

FRÉCHETTE, G. 2011. 'Contenu et objet du jugement chez Brentano' in *Philosophiques* 38: 241-261.

_____ (forthcoming). 'Austrian Realism? Brentano on states of affairs' in G. Bonino, J. Cumpa, G. Jesson (eds.) *Defending Realism*, Frankfurt: Ontos.

HUSSERL, E. 1901/2001. *Logische Untersuchungen. Zweiter Theil: Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*. Halle: Niemeyer. English translation: *Logical Investigations. Volume 2*. London: Routledge.

KRAUS, O. 1919. 'Franz Brentano. Leben und Werke' in Kraus O. (ed.) *Franz Brentano. Zur Kenntnis seines Lebens und seiner Lehre*. Munich: Beck, 1-84.

_____ 1930. 'Anmerkungen des Herausgebers' in *Brentano 1930/1966*, 166-220.

MACINTYRE, R. and D.W.Smith. 1982. *Husserl and Intentionality. A Study of Mind, Meaning and Language*. Dordrecht: Reidel.

MARTIN, M.G.F. 1995. 'Bodily Awareness: A Sense of Ownership' in J.-L. Bermudez, N. Eilan and A. Marcel (eds.) *The Body and the Self*. Cambridge MA: MIT Press.

MAYER-HILLEBRAND, F. 1959. 'Franz Brentanos ursprüngliche und spätere Seinslehre und ihre Beziehungen zu Husserls Phänomenologie' in *Zeitschrift für philosophische Forschung* 13: 316-339.

MCGINN, C. 1982. *The Character of Mind*. Oxford: Oxford University Press.

MORAN, D. 1996. 'Brentano's Thesis' in *Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes*: 70: 1-27.

QUINE, W. 1960. *Word and Object*. Cambridge MA: MIT Press.

SAUER, W. 2006. 'Die Einheit der Intentionalitätskonzeption bei Brentano' in *Grazer philosophische Studien* 73: 1-26.

SEARLE, J. 1983. *Intentionality: An essay in the philosophy of mind*. Cambridge: Cambridge University Press.

SMITH, B. 1994. *Austrian Philosophy. The Legacy of Franz Brentano*. Open Court: Chicago.

SRZEDNICKI, J. 1965. *Franz Brentano's Analysis of Truth*. Nijhoff: Den Haag.

STUMPF, C. 1916. 'Apologie der Gefühlsempfindungen' in *Zeitschrift für Psychologie und Physiologie der Sinnesorgane* 75: 1-38.